

**Em busca de uma visão mais abrangente da história do jornalismo e o exemplo argentino do grupo *Clarín***

**In search of a more comprehensive history of journalism and the example of the Argentine *Clarín* group**

SILVEIRA, Mauro César\*

**Resumo:** Os valiosos aportes representados pelos recentes estudos de história do jornalismo sul-americano permitem que se possa obter, por meio de um trabalho de investigação científica que agregue e aprofunde as pesquisas já realizadas, uma visão mais abrangente sobre a trajetória histórica da imprensa no chamado Cone Sul – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai -, tentando superar o caráter fragmentado e pontual que caracteriza muitas abordagens produzidas. Na análise das origens do jornalismo nessa região, evidenciam-se algumas semelhanças que persistem mesmo no início da segunda década do novo milênio. As relações vitais entre imprensa e poder, sobretudo a partir dos movimentos emancipacionistas, perduram, em maior ou menor grau, entre as nações sul-americanas. Um exemplo disso é o grupo argentino *Clarín*.

**Palavras-chave:** Jornalismo no Cone Sul. Jornalismo latino-americano. História latino-americana. Grupo *Clarín*. História do jornalismo. Jornalismo e História.

**Abstract:** The valuable contributions represented by recent studies of the history of the South American journalism allow obtain through a scientific research that aggregates and deepen the studies already conducted, a more comprehensive view on the historical trajectory of the press on the called the Southern Cone - Brazil, Argentina, Paraguay and Uruguay - trying to overcome the fragmented character and specific that characterizes many approaches produced. The analysis of the origins of journalism in this region revealed some similarities that persist, even in the beginning of the second decade of the new millennium. The vital relations between press and power, especially since the emancipation movements, persist, to a greater or lesser extent, between the South American nations. An example is the Argentine *Clarín* group.

**Keywords:** Journalism in the Southern Cone. Latin American Journalism. Latin American History. *Clarín* group. History of Journalism. Journalism and History.

---

\* Professor Doutor – Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Centro de Comunicação e Expressão – Campus Universitário – Trindade — CEP 88040-970 – Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. A pesquisa que resultou neste artigo conta com financiamento da CAPES (Processo nº BEX 3993/13-2). E-mail: maurocesarsilveira@gmail.com

As bases do jornalismo sul-americano apresentam características distintas: enquanto nos países de língua espanhola, a imprensa remonta ao período colonial, no Brasil, o desenvolvimento sucedeu a vinda da família imperial portuguesa, em 1808, determinando um caminho de início tardio e marcado por muitas peculiaridades, como o fato de ter prosperado no cenário de uma monarquia cercada por regimes republicanos no resto do continente. Esse contraste não afasta, porém, algumas semelhanças que persistem mesmo no início da segunda década do novo milênio. As relações vitais entre imprensa e poder, especialmente a partir dos movimentos emancipacionistas, perduram, em maior ou menor grau, entre as nações sul-americanas. O limiar da atividade mais jornalística na região floresceu, para o bem e para o mal, no quadro de lutas pela independência, vinculando-a, de forma aguda, à política, como aponta, com propriedade, José Antonio Benítez (2000, p. 108):

El periodismo, además de haber sido un importante factor de esas luchas, también fue un instrumento que contribuyó en forma sobresaliente y prestigiosa con la cultura y constituyó un valioso capítulo en las memorias de esa cultura. El desarrollo del periodismo en América del Sur, por muchas razones, es prácticamente un nexo con la historia política de la región. El periodismo y su evolución forman un lazo en muchos sentidos con el progreso de América del Sur y de toda la América hispana, incluyendo las islas del mar Caribe.

Esse vínculo com o desenvolvimento representa, também, um reflexo direto do quadro econômico mundial, no avanço da sociedade capitalista, como assinala Nelson Werneck Sodré (2007). Nesse sentido, o cenário econômico – mas também político - da época teve um papel decisivo na configuração da imprensa, não apenas no velho continente. Favorecidos pela conjugação de uma série de fatores históricos, os jornais revelaram-se, ao longo do século XIX, um poderoso instrumento de mobilização da opinião pública, que já era vista como uma expressão social que todo o governante deveria considerar antes e depois de qualquer decisão relevante. Se na centúria anterior, impelido pelas ideias iluministas, o jornalismo começava a se afirmar como espaço para a manifestação do pensamento<sup>1</sup>, a partir dos oitocentos obteve as condições técnicas que permitiu sua acelerada expansão.

Em 1803, surgiria a primeira máquina contínua para a fabricação do papel a partir da pasta de madeira. Onze anos depois, a impressora mecânica, concebida pelo alemão Koenig, seria utilizada pelo jornal britânico *Times*. Os processos de reprodução gráfica também melhoraram com o avanço da litografia, descoberta em 1797 pelo bávaro Aloïs Senefelder. E, em 1839, a criação do daguerreótipo permitiu a impressão da imagem em metal, abrindo o caminho para a fotogravura. Além da evolução nos meios de impressão, o

---

<sup>1</sup> O primeiro diário francês, *Le Journal de Paris*, que começou a circular em 1777, é um exemplo clássico da imprensa periódica no século XVIII: jornalismo oficioso ou mesmo oficial, controlado por uma rígida censura do Estado. As publicações que resultam de movimentos a favor da liberdade de expressão, antes que esse conceito adquirisse força a partir de 1776, nos Estados Unidos, e de 1789, na França, entre outros países, ainda não tem periodicidade definida. Veiculam opiniões vigorosas, com maior ou menor intensidade, mas são, em sua ampla maioria, folhetos opinativos ou panfletos políticos.



jornalismo passou a contar com um revolucionário sistema de transmissão de dados: o telégrafo elétrico<sup>2</sup>. Em consequência disso, nasceram as grandes agências noticiosas - a Havas, na França, a Reuters, na Inglaterra, a Wolff, na Alemanha, e a Associated Press, nos Estados Unidos, lançadas entre 1830 e 1870 -, que passaram a difundir informações, de forma centralizada, para pontos remotos do planeta.

A conjuntura favorável conduziu o jornalismo à fase industrial, projetando-se, nos países ocidentais, como força hegemônica na divulgação de informes sobre fatos e de ideias e opiniões. A partir de 1850, esse processo intensificou-se e, depois do “surto”, a imprensa caminhou para seu “apogeu”, como define o historiador francês Fernand Terrou (1964). Foi uma conquista assentada na doutrina liberal, que consagrava a liberdade de publicação, ainda que sua concepção tenha enfrentado períodos difíceis antes de vencer as mais fortes resistências, como aconteceu na França<sup>3</sup>.

Todas as constituições liberais do século XIX dão lugar à liberdade de imprensa concebida conforme os princípios inscritos nas declarações do fim do século XVIII e muitas vezes expressos em termos que vamos encontrar a escola fiel às fórmulas do artigo 11 da Declaração dos Direitos de 1789<sup>4</sup>.

Na Inglaterra, a abolição dos últimos obstáculos restritivos à atividade - os impostos especiais de publicidade, que terminaram em 1853; o do selo, em 1855, e o do papel, em 1863 – representou o crescimento da imprensa e do aumento do seu poder, que se estendeu ao continente europeu. “O país é governado pelo *Times*”, podia-se escrever em 1855, segundo Terrou, face à influência exercida pelo jornal, que experimentou saltos crescentes na sua tiragem<sup>5</sup>.

<sup>2</sup> No século anterior, em 1739, o telégrafo ótico de Chappe ficou restrito aos comunicados oficiais e somente indiretamente a imprensa se beneficiou dele. A difusão rápida de notícias iniciou com o telégrafo elétrico, criado por Morse, nos Estados Unidos, em 1837, por Gauss, na Alemanha, em 1838, Wheatstone, na Inglaterra, em 1839, e Foy e Breguet, na França, em 1845. Fernand Terrou (1964, p. 30-31) cita Stefan Zweig para enfatizar a importância do invento: “Este ano de 1837 em que, pela primeira vez, o telégrafo transmite simultaneamente através do mundo a notícia dos menores acontecimentos, raramente é mencionada nos manuais de história. No entanto, do ponto de vista dos efeitos psicológicos provocados pela subversão da noção do tempo, nenhuma data da história contemporânea lhe pode ser comparada”.

<sup>3</sup> Fernand Terrou (1964, p. 39-40) relembra que, na França, a luta foi árdua e longa, marcada por uma série extraordinária de revoluções e de mudanças constitucionais. Mas o controle da imprensa foi sendo gradualmente reduzido: “Durante o chamado período liberal do Império, o torniquete foi se afrouxando pouco a pouco até a supressão do sistema de advertências, pela lei de 11 de maio de 1868. A liberdade de imprensa provocou amplos debates no parlamento.”

<sup>4</sup> O artigo 11 da Declaração de 1789 afirma o princípio da liberdade de expressão e de imprensa: “A liberdade de comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem; portanto, todo homem pode falar, escrever, imprimir livremente, devendo responder pelo abuso a essa liberdade nos casos determinados pela lei”.

<sup>5</sup> Em 1829, na Inglaterra, todos os 17 diários juntos alcançavam uma tiragem de 44.000 exemplares, dos quais 10.000 eram do *Times*. Em 1856, o maior jornal inglês já imprimia 60.000 exemplares. A redução do preço para 1 *penny*, adotada pelo *Daily Telegraph*, em 1861, marca o início da imprensa popular no país. A tiragem desse jornal, que era de 30.000 em 1858, pula para 142.000 em 1861 e atinge 300.000 exemplares em 1880. Na França, a revolução de 1848, libertou temporariamente o jornalismo e ensejou a criação de numerosas publicações, a maior parte exibindo artigos políticos produzidos por grandes escritores da época. Já no Segundo Império, as agressões aos direitos individuais foram acompanhadas pelo desenvolvimento econômico. Isso

Bem diferentes seriam as características do incipiente jornalismo sul-americano, seja por razões de ordem técnica – a agilidade do *Times* se devia à conquista do telégrafo elétrico<sup>6</sup>, que tardaria a chegar à região<sup>7</sup> – e, principalmente, políticas, determinadas pelo enlace da imprensa com o poder como enfatiza Benítez (2000). Embora não pudessem usufruir, durante boa parte do século XIX, das maiores vantagens do revolucionário invento que encurtara as distâncias, as publicações latino-americanas expandiram-se, com vigor, em quase todos os países e trilhavam o irreversível rumo industrial ditado pelos jornais do velho continente. Mas apresentavam uma grande distinção dos maiores jornais da França e, sobretudo, da Inglaterra, pois eles estavam vinculados diretamente ao governo<sup>8</sup>. No Brasil, sintomaticamente, o primeiro jornal editado no país, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, nasceu graças à instalação da Imprensa Régia, em 1808, depois da chegada de D. João VI<sup>9</sup>. Na Argentina, despontaria *La Nación Argentina*, fundado, em janeiro de 1870, pelo general Bartolomé Mitre, presidente da então Confederação Argentina. Ainda hoje, o influente *La Nación* destaca, na sua página de opinião, logo acima do editorial, sua origem e reproduz o anúncio da proposta editorial de seu primeiro número (“*La Nación* será una tribuna de doctrina”). No mesmo espaço, informa que seu diretor é o tataraneto do político que lançou a publicação no século XIX e que tem o mesmo nome do fundador (FIG.1).

9

---

permitiu a criação do *Le Figaro*, em 1854, direcionado à classe mais abastada e que fez sucesso graças à publicidade e a circulação intensa, inclusive à domicílio, e do *Le Petit Journal*, em 1863, visando um público mais amplo. Este jornal, lançado pelo preço de 1 sou, passou, em dois anos, de 83.000 para 260.000 exemplares. Nos Estados Unidos, o período compreendido entre 1840 e 1890 registra o surgimento da maioria dos grandes jornais. O *New York Times*, por exemplo, foi fundado em 1851.

<sup>6</sup> Nos Estados Unidos, o avanço do telégrafo também se deve à imprensa, que ajudou a financiar a primeira linha, em 1844, entre Washington e Baltimore, e pressionou o Congresso para que aprovasse verbas para a rápida expansão do sistema. Com a criação da *Associated Press*, em 1848, os jornais tornaram-se os principais usuários do serviço. Em consequência, o primeiro cabo submarino ligando a Europa aos Estados Unidos não demorou muito e data de 1866.

<sup>7</sup> No Brasil, o telégrafo elétrico ainda era uma novidade. A primeira linha, inaugurada em 1862, ligava o palácio residencial do Imperador D. Pedro II ao quartel da polícia. Na América Latina, também. Somente em 29 de novembro de 1866, seria inaugurado o telégrafo subfluvial entre os portos de Buenos Aires e Montevidéu. O Brasil inaugurou seu primeiro cabo submarino transatlântico em 1874, ligando a América do Sul à Europa. Idealizado por Mauá, o cabo foi construído pela companhia inglesa *British Eastern Telegraph Company* e funcionou até 1973.

<sup>8</sup> Evidentemente que na Europa, em maior ou menor grau, o poder político também se interessava – e muito – pelo jornalismo. Bismarck, por exemplo, inspirou a fundação, em 1847, do *Neue Preussische Zeitung* e era um de seus colaboradores.

<sup>9</sup> Nessa época, a voz destoante é a de Hipólito da Costa, opositorista e crítico, que publica o *Correio Braziliense*, em Londres. Por muito tempo, o Dia da Imprensa foi comemorado em 10 de setembro, quando foi lançada a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Em 1999, a data foi alterada para 10 de junho, o dia de 1808 em que começou a circular o *Correio Braziliense*, portanto mais de três meses antes da publicação oficial da Coroa portuguesa. Mas a mudança só foi efetivada depois de ampla mobilização dos jornalistas brasileiros, liderados pelo gaúcho Raul Quevedo, culminando com a aprovação de uma lei no Congresso Nacional.





Figura 1

Enquanto Bartolomé Mitre publicava no *La Nación* artigos e comentários de seu interesse, o que antecipava parte da volumosa obra com sua versão da história argentina, no Brasil, o surgimento tardio do jornalismo acentuou o enlace entre poder político e econômico, ressalvadas as exceções dissonantes que apenas confirmam a regra geral. Os acirrados duelos impressos no período da nossa independência rompiam a monocórdia fase inaugural da *Gazeta do Rio de Janeiro*, constituindo-se numa espécie de antevisão das escaramuças e conspirações que envolveram o jornalismo ao longo da sua história, como assinala Isabel Lustosa (2000, p. 26-27):

Erguiam-se e confundiam-se as vozes dos intelectuais, dos políticos envolvidos diretamente com o modelo político que se estava superando, dos liberais exaltados, maçons ou não, com as dos aventureiros de ocasião, dos arrivistas e dos que apenas se aproveitavam daquelas agitadas circunstâncias para se lançar na recém-criada profissão de jornalista. Para quem escrevem esses jornalistas? Uns para os outros e para D. Pedro. Debatem entre si, em torno das questões constitucionais, mas seu público-alvo é, na verdade, o príncipe, a quem querem conquistar para o projeto político que defendem. É o que sugerem os textos e os debates travados nas sessões (sic) de cartas.

O nascimento da imprensa, não oficial, em solo brasileiro, portanto, ocorreu no âmbito da luta pelo poder. Se havia o compromisso com o processo revolucionário, “no momento em que, de um dia para outro, deixávamos de nos considerar portugueses para nos assumirmos como brasileiros” (LUSTOSA, 2000, p. 25-26), estabelecidas as condições políticas para a emancipação de Portugal, as publicações serviam apenas de trincheiras para os principais atores políticos daquele momento histórico. De existência fugaz, com tiragens pequenas e de abrangência limitada praticamente ao Rio de Janeiro, em universo



circunscrito aos seus assinantes, esses jornais atendiam aos interesses, entre outros, de dois personagens conhecidos por suas posições conservadoras, o antigo censor, José da Silva Lisboa – o futuro Visconde de Cairu - e José Bonifácio de Andrada e Silva. Ironicamente, eram as mesmas pessoas que protagonizaram atos contra a liberdade de expressão que se beneficiaram do incipiente jornalismo brasileiro, após o fim da censura prévia.

O rígido controle dos impressos coube à junta de administração da impressão régia, sob a liderança de Lisboa. O decreto real de 24 de junho de 1808 determinava que os quatro membros dessa comissão deveriam “examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar e que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes”. (apud RIZZINI, 1977, p.174). Mesmo depois que a medida caiu, em 1821, com a entrada em vigor dos decretos das Cortes em Portugal e a consagração da liberdade de imprensa em todos os domínios lusitanos, Lisboa sustentava que os censores oficiais deveriam ser valorizados como os “cônsules romanos, guardas da honra da Nação e da tranquilidade pública” (apud LUSTOSA, 2010, p.376). E José Bonifácio de Andrada seria o responsável, entre outros atos repressivos, pela primeira ação contra o nascente jornalismo, perseguindo, levando à prisão e à posterior expulsão do país, em abril de 1822, o principal redator do *Compilador Constitucional Político e Literário Brasiliense*, João Batista de Queirós.

Durante três anos, entre 1821 e 1823, a imprensa foi palco de “violenta disputa entre portadores de projetos antagônicos para a nova ordem política e institucional que se instalaria no país” (LUSTOSA, 2010, p.370). Havia muitas propostas em discussão, mas o confronto mais intenso e que ocupou boa parte das páginas dos jornais envolveu o grupo liderado por Bonifácio, o “Patriarca da Independência”, e o grupo maçônico comandado por Joaquim Gonçalves Ledo. Antes que outras publicações brasileiras pudessem abrir espaços para temas de interesse da maioria da população, seus primeiros jornais serviram de embate para diferentes projetos em torno do novo país. E, no caso específico de Bonifácio, atuaram como canais de divulgação de suas ideias e de sua boa imagem - como foram *O Tamoio*, *O Regulador*<sup>10</sup> e *O Espelho*.

<sup>10</sup> *O Regulador* era impresso a expensas do erário e, durante seu lançamento, o então ministro José Bonifácio expediu cartas às províncias recomendando sua assinatura. “*O Regulador* foi, portanto, naquela fase, o grande porta-voz das ideias políticas de José Bonifácio, com quem compartilhava o entusiasmo pela Monarquia e em um de seus artigos dizia explicitamente que seu principal intento era defender o atual Ministério”. (LUSTOSA, 2010, p.383).



## Peculiaridades brasileiras

Ao constatar o fato de que as três grandes transições ocorridas no Brasil foram pacíficas – bases da autonomia lançadas pela metrópole, passagem da colônia para a independência e mudança do sistema monárquico para o republicano -, ao contrário do que aconteceu nas demais nações latino-americanas, Juarez Bahia (1990) ressaltou essa condição peculiar da imprensa brasileira, que se confunde com o próprio poder: “Entre os agentes dessas passagens do poder está a imprensa, historicamente mais indissociável do gênio político nacional do qualquer outra instituição”. Alberto Cavalcanti (1995) considera que a entrada do jornalismo brasileiro na fase industrial pode ser creditada, em boa medida, aos incentivos financeiros da monarquia, que iniciou a prática das subvenções governamentais à imprensa. O *Correio Paulistano* contou com amparo oficial, no início da década de 60, para mecanizar sua impressão e atingir a marca de 850 exemplares diários em 1869. Isso significa que os progressos tecnológicos obtidos pelos jornais brasileiros têm uma base bem distinta daquela que viabilizou o londrino *Times*:

Era o Estado ajudando a sustentar uma imprensa a que faltava o fundamento de um mercado econômico dinâmico, assim como o de um mercado político (este, cercado pela política latifundiária – oligárquica, cujas expressões tipificadoras, do ponto de vista do interesse da consolidação de uma imprensa liberal, eram a permanência da escravatura, altos índices de analfabetismo, inexistência de indústrias e, portanto, urbanização acanhada, e exclusão política baseada no voto censitário). Assim, o viço aparentado pelo grande número de jornais que nasciam encontrava sua negação na falta de enraizamento econômico, pois não seria concebível que a Coroa e os governos provinciais sustentassem todos os periódicos, nem muito menos, os que lhe opusessem pela linha editorial – o que determinava rápido e igualmente numeroso falecimento de periódicos” (CAVALCANTI, 1995, p. 69-70).

12

Outra característica do período imperial brasileiro era o aparecimento de muitos jornais durante as fases de maior efervescência política – Regência e no chamado II Império, após o fim da conciliação<sup>11</sup>, em 1869 -, movidos pelo entusiasmo e as contribuições financeiras das facções políticas a que serviam. Depois do embate, derrotadas as facções ou cooptadas pelo poder, fechavam suas portas. “No Império, jornais nasciam e morriam com uma luxúria tropical<sup>12</sup>”, sintetiza Alberto Cavalcanti. Nessa época, resistiram, sem maiores problemas, os conservadores *Diário de Pernambuco*, fundado em 1823, e *Jornal do*

<sup>11</sup> O **Ministério da Conciliação**, formado durante o reinado de Dom Pedro II tinha como principal objetivo equilibrar disputas políticas reunindo membros conservadores e liberais.

<sup>12</sup> O fenômeno não ficava restrito aos trópicos. Com bom humor, a edição nº 1 do jornal *A Academia*, de Coimbra, resumia a imprensa daquela cidade portuguesa em 1866: “Os jornais de Coimbra são como os pirlampos – luminosos e rápidos. A luz que derramam não é tanta, que deslumbre. A rapidez, com que desaparecem, essa sim, espanta”.



*Commercio*, do Rio de Janeiro, de 1827, ligados à classe latifundiária e editados nas duas maiores cidades brasileiras de então.

Pelo menos no formato, essas duas publicações estavam alinhadas com o que havia de mais moderno na imprensa mundial. Por decisão de seu proprietário, Manuel Figueiroa de Faria – o ex-caixeiro-viajante que adquiriu, em 1831, a publicação do fundador Antônio José de Miranda Falcão -, o *Diário de Pernambuco* passou a ter, em 1859, a mesma dimensão e o número de páginas que o *Times*. O *Jornal do Commercio*, principal diário do país durante o Império, ficou mais de meio século – exatos 55 anos – nas mãos de uma família francesa. Fundado pelo impressor Pierre Plancher-Seignot, o jornal foi transferido aos também franceses Junius Villeneuve e Reol de Mougnot - que se retirou da sociedade em 1834. Depois da morte de Junius, o *Jornal do Commercio* pertenceu ao seu filho Júlio Constâncio de Villeneuve, mais tarde agraciado com o título de Conde. “E por 25 anos é dirigido de Paris, por François Picot, francês naturalizado brasileiro que depois de trabalhar no Rio mantém o contato com a redação através de cartas”, assevera Juarez Bahia (1990, Vol. I, p. 41).

No singular caso brasileiro, a imprensa tornou-se, de fato, o grande palco da classe política. Na segunda metade do século XIX, o *Jornal do Commercio* triunfava como o maior canal de expressão das figuras públicas mais destacadas do país, mesmo aquelas que apresentavam pontos de vista divergentes. Era uma proposta editorial que, de alguma forma, retratava a notável capacidade de acomodação das forças partidárias – mas também econômicas – do chamado II Império. O depoimento do jornalista Alcindo Guanabara, ainda que marcado pela louvação, oferece uma ideia do significado daquele periódico, na vida nacional, nessa época:

Esse alheamento (sic) das paixões em convulsão, essa inalterável tranquilidade, num meio tão agitado, valeram ao *Jornal do Commercio* a força e o prestígio com que, no princípio do segundo reinado, ele agia e reagia sobre a sociedade, prestígio que cresceu e acentuou-se de tal arte que a expressão quarto poder lhe era aplicável com absoluta justiça. Nesse trecho da vida é com verdade que se pode dizer que a história do *Jornal do Commercio* se confunde com a do reinado. Evocá-la é evocar a série de vultos que brilham na nossa política, nas nossas letras, nas nossas artes, todos os quais ou de lá saíram, ou lhe deveram a consagração do triunfo. Os grandes nomes acotovelavam-se. Justiniano José da Rocha, o maior dos jornalistas brasileiros; o visconde de Jequitinhonha, o visconde de Araguaia, Porto Alegre, Rio Branco, Otaviano – que sei eu – todos os grandes nomes e todos os grandes espíritos fulguram nesses quarenta anos, emergem agora das coleções infinitas do *Jornal do Commercio* e desfilam diante dos nossos olhos, nimbados daquela glória que os nossos sufrágios e os nossos aplausos lhes concedem e reconhecem. A ação do *Jornal do Commercio* afirma-se então intensa e eficaz, no terreno político, como no literário e artístico. Como sempre, o *Jornal do Commercio* não é partidário, mas pesa deliberadamente na concha das instituições. É





conservador, nesse sentido; é moderado, em todos os sentidos (apud SODRÉ, 2007, p. 189).

Para contrapor-se a esse projeto exitoso, nascia, em 1848, também na Corte, o *Correio Mercantil*, por obra de Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto. Ele entregaria a direção do jornal ao genro, Francisco Octaviano de Almeida Rosa, mais tarde deputado e conselheiro de Estado. Nelson Werneck Sodré (2007, p. 190) observa que “latifúndio e imprensa seriam as duas bases da carreira de Francisco Octaviano”. Durante os vinte anos de existência da publicação, ele contaria com uma tribuna privilegiada para ascender na vida política, alvejando seus adversários, pois a proposta editorial era francamente partidária. No dia 1º de maio de 1865, Francisco Octaviano assinaria o tratado da Tríplice Aliança, em Buenos Aires, em nome do imperador D. Pedro II. Muitos outros personagens da época também aproveitariam a força da imprensa para projetar-se. É o caso de Manuel de Araújo, de Porto Alegre, que lançou, em 1844, a *Lanterna Mágica*, considerada a primeira publicação ilustrada do país, e que apresentava trabalhos de caricaturistas europeus. Mais tarde, entre outras honrarias, seria nomeado Cônsul Geral do Brasil em Portugal – agosto de 1867 – e agraciado com o título de Barão de Santo Ângelo.

Mesmo aqueles que revelavam notória aptidão para a vida pública não desprezavam a imprensa. José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco<sup>13</sup>, ministro dos Negócios Estrangeiros em mais de uma oportunidade no II Reinado, escreveu muitos artigos no *Jornal do Commercio* e foi um dos principais redatores de *A Nação*, jornal que circulou entre 1872 e 1876. E nem D. Pedro II deixou de usar a imprensa para expressar o que pensava, ainda que abrigado por nomes fictícios ou expressões que não o identificassem. Juarez Bahia (1990, p. 74), citando Gondin da Fonseca, informa que, em 1856, o imperador defendeu a *Confederação dos Tamoios*, de Domingos José Gonçalves de Magalhães, dos ataques de José de Alencar, com o pseudônimo de Ig, no *Diário do Rio de Janeiro*. Sob a designação vaga de “Outro Amigo do Poeta”, ele teria publicado artigos em quatro edições do *Jornal do Commercio* no mês de agosto daquele ano.

Além de difundir ideias e produzir tendências, de acordo com os interesses dos políticos que ocupavam suas páginas, anonimamente ou não, os jornais do século XIX serviam também para a divulgação de textos oficiais, incluindo os de caráter diplomático. Durante a guerra empreendida contra o Paraguai, houve uma farta publicação de documentos redigidos na Corte de D. Pedro II. Todo o espaço proporcionado pela dimensão

<sup>13</sup> Raimundo Magalhães Júnior (1957, p. 67) revela que antes de alcançar a condição de estadista José Maria da Silva Paranhos foi jornalista, com participação ativa na imprensa da Corte, publicando folhetins no *Jornal do Commercio* “já no meado do século passado”. Segundo Heitor Lyra (1977, V.II, p. 9-10), o Visconde do Rio Branco presidiu, a partir de 1871, “o mais fecundo e certamente o mais brilhante de todos os Ministérios da Monarquia, com uma serenidade e uma elevação só comparáveis às dos estadistas da velha escola parlamentar britânica”.



do *Jornal do Commercio* – oito colunas distribuídas em páginas de 58,5 cm de largura e 98 cm de altura – era bem aproveitado, pois facilitava a impressão de longos textos oficiais, como as partes militares divulgadas pelo Ministério da Guerra, entre 1866 e 1870.

### O quadro argentino e o caso de ascensão do grupo *Clarín*

No país vizinho, não era apenas o presidente Bartolomé Mitre que se interessava pelo jornalismo. A disseminação dos meios impressos foi marcada pela iniciativa de muitos homens públicos. Nas décadas que Juan Manuel de Rosas governou, com mão de ferro, a Confederação, perseguindo os liberais unitários – que tinham sua base no grande comércio de Buenos Aires -, dois jornais destacaram-se, apesar da sua duração efêmera, causada pelo exílio de seus proprietários: *La Moda*, de Juan Bautista Alberdi<sup>14</sup> (1837-1838), e *El Zonda*, “que lucha contra la tiranía”, de Domingo Faustino Sarmiento<sup>15</sup> (1839-1840). Depois da derrota de Rosas, na batalha de Monte Caseros, em 1852, outras publicações foram criadas por personagens da vida política argentina. O *Nacional Argentino*, do célebre caudilho de Entre Rios, Justo José de Urquiza, *El Paraná*, de José Mármol, e *El Pensamiento*, de José Tomás Guido, eram alguns dos títulos mais conhecidos.

Mármol esteve à frente da diplomacia de Buenos Aires, nas décadas de 1850 e 1860, no período em que a cidade portenha e a Confederação Argentina ficaram organizadas como Estados distintos<sup>16</sup>. Quase na mesma época, o general Tomás Guido ocupava função idêntica no lado oposto – em 1860, era ministro de relações exteriores da Confederação, presidida por Urquiza desde a cidade de Paraná. Mais tarde, ele fundaria o jornal *La América*, responsável pela divulgação do tratado secreto da Tríplice Aliança na guerra contra o Paraguai e contribuiria para desgastar os governos dos três países que combatiam a nação guarani. Em maio de 1866, a publicação, já dirigida por seu filho Carlos Guido Spano – e por Miguel Navarro Viola – que fazia oposição ao então presidente Bartolomé Mitre, defendia seus pontos de vista, com ardor, em Buenos Aires: “¡El Tratado es secreto, la sesión es secreta, sólo la vergüenza es pública!” (apud ROSA, 1985, p.183).

15

<sup>14</sup> O escritor e polemista Juan Bautista Alberdi seria encarregado de Negócios da Confederação Argentina em Londres na década de 50 do século XIX.

<sup>15</sup> Sarmiento seria eleito presidente da Argentina durante a chamada guerra do Paraguai, no ano de 1868, substituindo Bartolomé Mitre.

<sup>16</sup> Regida pela Constituição aprovada em 1853, a Confederação Argentina foi presidida primeiro por Justo José de Urquiza e, depois, em março de 1860, por Santiago Derqui. Buenos Aires, com sua carta constitucional aprovada em 1854, foi governada por Pastor Obligado e Valentín Alsina. José Mármol também chefiou missão diplomática do Governo de Buenos Aires no Brasil, em 1861, e foi ministro plenipotenciário da unificada Argentina, em 1869, no Rio de Janeiro.



Para a reflexão proposta neste artigo, vamos nos deter em um caso do chamado Cone Sul<sup>17</sup> que herdou práticas daquela centúria, mas se desenvolveu bem depois, ao longo do século XX e avançou até nossos dias. Trata-se da história do conglomerado de mídia argentino *Clarín*. Como ocorreu em outros países da região e no próprio Brasil, ele foi erguido a partir de uma relação convergente entre a empresa jornalística e o poder político. Tudo começou em 28 de agosto de 1945, quando o desacreditado jornalista e ex-ministro Roberto J. Noble, um homem conservador que também se dedicava à pecuária de leite, lançou o hoje conhecido tabloide portenho *Clarín*, com o claro objetivo de sair da obscuridade. O diário de Buenos Aires, que seria a base do influente grupo de comunicação, apresentou sua primeira edição bem ilustrada e de leitura agradável, com ênfase na cobertura esportiva. A boa receptividade dos leitores estimulou seu crescimento e, em 1963, o *Clarín* já era o jornal de maior circulação na capital argentina. Quatro anos depois, com o fechamento do pioneiro tabloide daquele país, o *El Mundo*, a tiragem saltaria de 347 mil para 424 mil exemplares e a publicação adquiriria um caráter inovador, ao lançar a primeira revista semanal como encarte de um jornal diário.

A morte do fundador, em 1969, não diminuiu o ritmo de expansão do grupo. Pelo contrário. Herdado pela viúva de Roberto, Ernestina Herrera de Noble, a empresa continuou crescendo e atingiu seu ritmo mais intenso entre o final da década de 80 e o início dos anos 90, quando diversificou suas atividades por meio de profundo endividamento em dólares. Nessa época, o banco norte-americano de investimentos Goldman Sachs pagou US\$ 500 milhões para adquirir 18% do grupo<sup>18</sup>. Antes disso, teve papel importante no crescimento do *Clarín* o vice-presidente e atual sócio, Héctor Horacio Magnosto. Com carta branca de Ernestina, ele adotara uma gestão desenvolvimentista nos negócios e, em pouco tempo, a organização figurava entre as 10 principais empresas da Argentina. Entre os grupos de mídia, passou à condição de terceiro maior da América Latina e atingiu o segundo posto na América do Sul.

Não foi um êxito marcado apenas pela competência administrativa. Como relata Helton Ricardo Barreto (1999, p. 65), esse contador e dirigente de uma concessionária de veículos valorizou a prática de troca de favores com o poder político e econômico e tirou muito proveito disso:

Junto com o “staff” que se apodera dos controles tanto da administração quanto da redação do jornal, surge Héctor Magnosto, o personagem responsável pela guinada administrativa – e ideológica – da empresa,

<sup>17</sup> É importante ressaltar que a acepção de Cone Sul empregada no presente trabalho abrange áreas territoriais do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, embora o termo seja utilizado também para designar o espaço geográfico mais ao sul do continente americano, neste caso, incluindo o Chile e excluindo o Paraguai.

<sup>18</sup> Os outros 82% das ações pertencem ao grupo diretor formado por Héctor Horacio Magnosto, Ernestina Herrera de Noble, José Aranda e Lucio Pagliaro.



criticado por RAMOS<sup>19</sup> (1993, p.118-119) por suas alianças com todos os governos civis e militares posteriores. Dessas relações vai emergir a faceta monopólica do grupo e sua futura feição multimídia através da incorporação da manufatura papeleira “Papel Prensa” e, no final dos anos 80, com a absorção da Rádio Mitre e do Canal 13, entre outras vantagens. É o início da fase Magnetto na história do jornal e do emergente Grupo Clarín.

Essas conquistas foram apenas as mais visíveis dos inúmeros favores e benesses obtidos pelo jornal e o grupo, o que assegurou sua hegemonia nos meios de comunicação argentinos. Depois de assumir a feição multimídia, o conglomerado investiu em suportes de ponta, como Internet, TV a cabo e telefonia móvel, e assumiu a liderança argentina também nesses setores. Da extensa lista de atividades da empresa, Luis Alfonso Albornoz (2007) registra que o *Clarín* é o principal jornal argentino e o de maior circulação no mundo de fala espanhola – com uma tiragem média superior a 550 mil exemplares e mais de dois milhões de leitores diariamente – e destaca outros veículos bem sucedidos, como o diário esportivo *Olé* e o site jornalístico *Clarín.com*, ambos lançados em 1996. O grupo empresarial detinha, na época da pesquisa de Albornoz, uma grande produtora de cinema e a maior fábrica de papel do país (numa parceria com o grupo *La Nación* e o próprio governo argentino). Em comunicado oficial divulgado, na web, em 2009, o conglomerado se apresentava como “o maior grupo de comunicação em língua espanhola do mundo” e informava possuir vinte e seis empresas e empregar mais de 13.600 funcionários, além de negociar ações nas bolsas de Londres e Buenos Aires.

Esses números baixaram após a aprovação da Lei de Radiodifusão – ou de Meios -, em setembro de 2009, pelo Congresso Nacional. O projeto da presidenta Cristina Kirchner, com o objetivo de regular as empresas de comunicação do país, pôs fim à relação privilegiada do grupo *Clarín* com o poder. Antes disso, durante o governo de Néstor Kirchner, o bom comportamento dos veículos do grupo foi recompensado com a renovação por mais dez anos de todas as suas licenças de rádio e televisão, “sem qualquer discussão”, como denunciou o professor Gustavo Martínez Pandiani, da Faculdade de Comunicação Social da Universidad del Salvador, em Buenos Aires. Além disso, a empresa abocanhou nada menos que o equivalente a 22 milhões de reais em propaganda oficial entre 2003 e 2006, como revelou o livro “Propaganda K: una Maquinaria de Promoción con el Dinero del Estado”, da jornalista María O’Donnell. (apud PINHEIRO, 2008, p. 30-36).

As divergências começaram entre abril e maio de 2008, quando o *Clarín* acabou sendo obrigado a abrir generosos espaços para os protestos dos produtores rurais, indignados com o aumento do imposto sobre a exportação de grãos decretados pela

<sup>19</sup> RAMOS, Julio A. *Los cerrojos a la prensa*. Buenos Aires: Amfin, 1993. Outra obra do mesmo autor sobre o *Clarín* é *Periodismo atrasado*. Buenos Aires: Fundación Gada, 1996).



presidenta Cristina Kirchner. O rompimento e as hostilidades crescentes entre o governo e o grupo empresarial geraram momentos extremamente tensos, como nas eleições legislativas de junho 2009, quando o casal acusou o *Clarín* – mas também o jornal *La Nación* - pela derrota do ex-presidente Néstor Kirchner, candidato a deputado pela Província de Buenos Aires. A relação do conglomerado de mídia com o governo de Cristina Kirchner desde a aprovação da Lei de Meios da Argentina, com desdobramentos na Justiça<sup>20</sup>, apresenta muitas outras facetas, igualmente relevantes, mas que não serão analisadas aqui, pois fogem aos objetivos do presente artigo.

### No rumo de uma visão mais abrangente

As considerações sobre os primórdios da imprensa nos países do Cone Sul, apresentadas nos parágrafos anteriores, que sintetizam alguns aspectos de pesquisa em andamento<sup>21</sup>, visam contribuir para o esforço coletivo dos estudiosos de história do jornalismo na América do Sul - que recebeu valiosos aportes nos últimos anos. No Brasil, entre muitos resultados de cuidadosa produção acadêmica, podem ser mencionados os artigos organizados por Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca<sup>22</sup> (2008), os livros de Marialva Barbosa (2007), de Richard Romancini (2007) e Cláudia Lago (2007), e Lavina Madeira Ribeiro (2004). Também merecem ser destacados alguns excelentes trabalhos pontuais, como os de Silvia Maria Azevedo (2010), sobre a revista *Ilustração Brasileira*; de Marcelo Balaban (2009), que analisa a trajetória do chargista Angelo Agostini; de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (2003), que examina folhetos políticos e jornais brasileiros e portugueses entre 1820 a 1823; e de Isabel Lustosa (2000), que aborda as batalhas travadas entre os jornalistas brasileiros na luta pela independência. Numa outra perspectiva,

18

<sup>20</sup> Alguns artigos da lei foram questionados na Justiça pelas principais empresas de comunicação daquele país. O grupo *Clarín* alegava a inconstitucionalidade dos artigos que tratam da transferência de concessões obtidas anteriormente. Em 29 de outubro de 2013, a Suprema Corte argentina declarou a constitucionalidade de todos os artigos contestados.

<sup>21</sup> A investigação em curso examina as semelhanças e as diferenças da trajetória histórica da imprensa nos quatro países que integram a formação original do Mercado Comum do Sul, o *Mercosul*. Na fase inicial do trabalho de investigação científica, as observações recaem, especialmente, sobre as características afins e as especificidades do jornalismo do Brasil e da Argentina em seus primórdios. A opção metodológica decorre dos caminhos abertos pela Nova História, lançando-se mão de diferentes fontes, de documentos oficiais a relatos em correspondências pessoais e dados estatísticos, além da historiografia já produzida, para tentar uma aproximação com o passado. As modificações produzidas a partir de 1929, por meio do trabalho de estudiosos que se reuniram em torno da publicação francesa *Annales - Histoire, Sciences sociales*, fundada pelos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch, conformaram uma corrente historiográfica que, desde o final do século passado, propicia o diálogo com outras áreas do conhecimento, estabelecendo uma relação multidisciplinar. Essa perspectiva é fundamental para a consecução dos objetivos perseguidos numa proposta que tem a pretensão de ampliar o olhar sobre o percurso do jornalismo sul-americano desde suas origens.

<sup>22</sup> Tania Regina de Luca lançou em 2011, pela editora UNESP, outra obra relevante: *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*, sobre essa publicação de importância crucial na história da imprensa paulistana e brasileira.



além da coletânea de pequenas biografias organizada por José Marques de Melo (2005), chama a atenção a mais recente obra deste autor, *História do Jornalismo - Itinerário crítico, mosaico contextual*, lançada em 2012 no *Intercom Sudeste*<sup>23</sup>. Outra obra que deve ser saudada é *A Revista no Brasil do Século XIX - A História da Formação das Publicações, do Leitor e da Identidade do Brasileiro*, de Carlos Costa, lançada em 2013. No âmbito regional, têm surgido muitas produções destinadas a restabelecer o passado jornalístico, como o livro *Memórias sobre a imprensa em São Borja*, organizado pelas professoras Cárilda Emerim Jacinto Pereira e Joseline Pippi.

Outra ação no sentido de avançar a pesquisa histórica em jornalismo foi a publicação, em 2006, do resultado das discussões apresentadas no Seminário *História e Imprensa*, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, realizado três anos antes. Nessa obra, organizada por Lúcia Bastos, Marco Morel e Tânia Bessone, são apresentadas as principais linhas de produção historiográfica das duas áreas, levando em conta os novos trabalhos de investigação científica no país. Essas iniciativas se inserem num movimento que envolve as associações brasileiras representativas dos pesquisadores dos meios de comunicação - como a Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), a SBPJor (Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo), e, principalmente, a Rede Alcar (Rede Alfredo de Carvalho para o resgate da memória e a construção da história da imprensa no Brasil). Esta última tem feito esforços para uma aproximação com a área de História, que acumula obras de relevância nas instituições de pesquisa reunidas em torno da ANPUH (Associação Nacional de História).

Nos países vizinhos que integram o Cone Sul também se observam ações análogas. Na Argentina, o professor de História do Jornalismo, Miguel Angel de Marco, lançou, em 2006, um painel sobre a imprensa nos primeiros 100 anos de independência do seu país: *Historia del Periodismo Argentino - desde los origenes hasta el centenario de mayo*. Seis anos antes, o jornalista e pesquisador Miguel Angel Cuarterolo publicou uma obra sobre os primórdios do fotojornalismo<sup>24</sup> na Argentina, analisando a cobertura fotográfica da chamada guerra do Paraguai. Na nação guarani, sobressai o trabalho de Aníbal Orué Pozzo (2007), que examina a história do jornalismo paraguaio desde 1845. E no Uruguai, em maio de 2009, o professor e escritor Daniel Alvarez Ferretjans (1986) apresentou, na Faculdade de

<sup>23</sup> O XVII *Intercom Sudeste*, realizado entre os dias 28 e 30 de junho de 2012 na Universidade Federal de Ouro Preto, é um dos congressos regionais da *Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. A nova obra de Marques de Melo apresenta três conjuntos narrativos que focalizam os processos jornalísticos, as conjunturas que os determinaram e os sujeitos que fizeram seu resgate. Seu objetivo é estimular a pesquisa histórica do jornalismo tanto nos cursos de graduação quanto nos programas de pós-graduação, contribuindo para as articulações entre a área e as demandas da sociedade.

<sup>24</sup> Trabalho similar, embora mais abrangente, foi desenvolvido pelo brasileiro Joaquim Marçal Ferreira de Andrade, em 2004, no ótimo livro *História da fotoreportagem no Brasil - a fotografia do Rio de Janeiro de 1839 a 1900*.



Comunicação da Universidade de Montevideu, as grandes linhas da pesquisa que culminaram no seu último livro, *Historia de la Prensa en el Uruguay – Desde La Estrella del Sur a Internet*, editado no ano anterior, e que alcança todo o percurso histórico da imprensa em seu país.

Esses animadores esforços permitem que se possa obter, por meio de um trabalho de investigação científica que agregue – e aprofunde - os resultados já alcançados, uma visão mais abrangente da história do jornalismo nas nações que criaram o bloco econômico do Mercosul, tentando superar o caráter fragmentado e pontual que caracteriza muitas abordagens produzidas nos quatro países e, em particular, a maioria daquelas desenvolvidas no Brasil, conforme já enfatizaram Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca (2008, p. 9). Recentemente, a já citada Marialva Barbosa deu um passo, nessa direção, ao lançar, em 2013, o livro *História da comunicação no Brasil*. A autora parte das formas de comunicação predominantemente orais entre os escravos, no século XVIII, passa por manuscritos satíricos e políticos, acompanha o aparecimento e desenvolvimento dos meios impressos até alcançar o rádio, a televisão e as tecnologias digitais, no final do século passado.

As produções recentes do Cone Sul, tanto no Brasil como nos seus vizinhos, configuram notório indicativo de um movimento acadêmico no rumo de um quadro mais aprofundado, mas também mais diversificado, da mídia latino-americana. O conjunto dos estudos recentes das universidades da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, alguns deles resultantes de pesquisa em nível de doutorado, sinalizam claramente que um meticoloso exame das semelhanças e das especificidades da trajetória histórica da imprensa sul-americana apresenta-se como condição indispensável para observar e compreender os processos e produtos jornalísticos contemporâneos na região.

Há necessidade, portanto, de se examinar de forma mais sistemática e abarcadora o jornalismo sul-americano, desde suas origens, objetivando aumentar o entendimento do quadro midiático atual, marcado por imagens simbólicas construídas de uns países sobre os outros, como já mostraram as pesquisadoras Nilda Jacks, Márcia Machado e Karla Müller no livro *Hermanos, pero no mucho* (2004) e o autor do presente projeto no artigo intitulado *As marcas do preconceito no jornalismo brasileiro e a história do Paraguay Ilustrado* (2007, p. 41-66). Infelizmente, ainda não se tem notícia de trabalhos que reúnam informações sobre a trajetória do jornalismo do Cone Sul sob uma perspectiva mais ampla, regional, e que examine o processo histórico de dois ou mais países, como os estudos realizados na

Espanha, em relação ao mundo ibero-americano e que renderam capítulos nas obras de caráter geral coordenadas por Pizarroso Quintero (1994) e Barrera (2008)<sup>25</sup>.

Neste sentido, devem ser considerados os caminhos metodológicos apontados por Fausto e Devoto (2004) para a construção de uma história comparada. Eles partem da perspectiva teórica de Marc Bloch, que sustenta a necessidade de estudos de sociedades próximas no espaço e no tempo, buscando-se, também, semelhanças e diferenças. Da mesma forma, reveste-se de extrema importância a reflexão proposta por Del Palacio Montiel (2000), estabelecendo como fio condutor da pesquisa a relação entre fatos ligados a processos em diferentes lugares da mesma área geográfica, de diversas regiões e, inclusive, do mundo inteiro. Essa autora mexicana vem insistindo, há mais de uma década, que a maior limitação para os trabalhos de história do jornalismo ibero-americano tem sido a negação do outro. O desafio continua de pé.

#### Referências:

ALBORNOZ, Luis A. *Periodismo digital: Los grandes diarios en la Red*. Buenos Aires: La Crujía, 2007.

ALVAREZ FERRETJANS, Daniel. *Crónica del periodismo en el Uruguay*. Montevideo: Fundación Hanns-Seidel, 1986.

\_\_\_\_\_. *Historia de la Prensa en Uruguay - Desde la Estrella del Sur a Internet*. Montevideo: Fin de Siglo, 2008.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. *História da fotorreportagem no Brasil – a fotografia do Rio de Janeiro de 1839 a 1900*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

AZEVEDO, Silvia Maria. *Brasil em imagens: um estudo da revista Ilustração Brasileira (1876-1878)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo: Ática, 1990. 2v.

BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARRERA, Carlos (Coord.). *Historia del periodismo universal*. Barcelona: Ariel, 2008.

<sup>25</sup> Os dois trabalhos citados exigiram um esforço coletivo interinstitucional. O livro de Pizarroso Quintero reúne, além dele, mais de 10 pesquisadores, de diferentes instituições. A obra coordenada por Barrera foi produzida por 13 professores que trabalham em 11 distintas universidades.





BARRETO, Helton Ricardo. *Clarín: de coadjuvante a líder – a trajetória do jornal que se transformou no maior grupo multimídia da Argentina e segundo no mundo hispânico*. 1999. 147f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1999.

BASTOS, Lúcia; MOREL, Marco; BESSONE, Tânia (Orgs). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. São Paulo: DP&A/Fapesp, 2006.

BENÍTEZ, José Antonio. *Los Orígenes del periodismo en nuestra América*. Buenos Aires/México: Lumen, 2000.

CAVALCANTI, Alberto R. Imprensa e Estado no Brasil: da subvenção ao condomínio. *INTERCOM – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 18, p. 67-92, 1995.

COSTA, Carlos. *A Revista no Brasil do Século XIX - A História da Formação das Publicações, do Leitor e da Identidade do Brasileiro*. São Paulo: Alameda, 2013.

CUARTEROLO, Miguel Angel. *Soldados de la memoria – imágenes y hombres de la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Planeta, 2000.

DE LUCA, Tania Regina. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

DEL PALACIO MONTIEL, Celia (Comp.). *Historia de la prensa en Iberoamérica*. México: Alttexto, 2000.

DE MARCO, Miguel Ángel. *Historia del periodismo argentino: desde los orígenes hasta el centenario de Mayo*. Buenos Aires: EDUCA, 2006.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada, 1850-2002*. São Paulo: Editora 34, 2004.

JACKS, Nilda; MACHADO, Márcia; MÜLLER, Karla. *Hermanos, pero no mucho - El periodismo narra la parodia de la fraternidad y rivalidad entre Brasil e Argentina*. Buenos Aires: La Crujía, 2004.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impresos – a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. Imprensa, censura e propaganda no contexto da independência do Brasil. *Estudios – Revista de investigaciones Literarias y Culturales*, Departamento de Lengua y Literatura y de la Coordinación del Postgrado em Literatura de la Universidad Simón Bolívar, Caracas, v. 18, n. 36, p. 67-92, jul./dic. 2010.

LYRA, Heitor. *História de D.Pedro II*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977. 3v.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *O Império em chinelos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.



MELO, José Marques de (Org.). *Imprensa brasileira: personagens que fizeram história*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

\_\_\_\_\_. *História do Jornalismo: itinerário crítico, mosaico contextual*. São Paulo: Paulus, 2012.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais - a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

ORUÉ POZZO, Aníbal. *Periodismo en Paraguay – Estudios e interpretaciones*. Asunción: Arandurã, 2007.

PEREIRA, Cárilda Emerim Jacinto; PIPPI, Joseline (Orgs). *Memórias sobre a imprensa em São Borja*. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2007.

PINHEIRO, Daniela. Pantagruef, o pinguim e a presidente. *Revista Piauí*, São Paulo/Rio de Janeiro, n.22, p. 30-36, jul. 2008.

PIZARROSO QUINTERO, Alejandro (Coord.). *Historia de la prensa*. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces, 1994.

RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e Espaço Público: A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1960)*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

RIZZINI, Carlos. *O jornalismo antes da tipografia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. *História do Jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.

ROSA, José María. *La guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Hyspamérica, 1985.

SILVEIRA, Mauro César. As marcas do preconceito no jornalismo brasileiro e a história do Paraguay Ilustrado. *INTERCOM – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 30, p. 41-66, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

TERROU, Fernand. *A informação*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.